

APRESENTAÇÃO

Narrar uma vida e se inscrever na história: percursos do biográfico ao sociológico

Camila Gui Rosatti¹

Rodrigo da Rosa Bordignon²

A “biografia”, como pontuou assertivamente Bernard Pudal (1994), tornou-se uma “palavra-totem”. Ao unificar abordagens variadas em seu entorno, o vocábulo serviu, mal ou bem, de emblema de um conjunto heterogêneo de práticas e métodos de pesquisa nas ciências humanas e sociais com uso sistemático da informação biográfica, colhida em fontes primárias ou reconstituída a partir de documentos variados. Ao menos nos últimos trinta anos, o material biográfico vem sendo instado a representar o “concreto”, o “específico”, o “particular”, o “singular” e mesmo o “subjetivo”. Ao trazer contribuições que escapam do dualismo entre indivíduo e sociedade, as ciências sociais avançaram enquadrando o singular como parte do coletivo e evidenciando que, longe da abstração desses termos, é

1 Doutora em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP), pesquisadora associada ao CRBC/Mondes Américains (EHESS). E-mail: camila.rosatti@gmail.com

2 Professor do Departamento de Sociologia e Ciência Política e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Ciência Política da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). E-mail: rrbordignon@hotmail.com.



Direito autoral e licença de uso: Este artigo está licenciado sob uma Licença Creative Commons. Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra, forneça um link para a licença, e indicar se foram feitas alterações.

nas práticas dos agentes, notadamente, na escala dos corpos, que se fixam costumes, regras, normas e interdições do mundo social.

Material de investigação à escala individual, a biografia se volta a situações concretas e possibilita comunicar conteúdos sociais expressivos. Apreender como o contexto histórico e social modela o percurso dos indivíduos levanta questões quanto à singularidade de um projeto de vida, à racionalidade da ação humana e às condições de possibilidade dessa narrativa. Essas linhas de investigação pautam o presente dossiê e são trabalhadas a partir de diferentes objetos empíricos e estratégias analíticas, que buscam refletir sobre as possibilidades e os desafios de sua utilização.

Em desenvolvimento desde o início dos anos 1970 e saudada como uma virada epistemológica nos anos 1980, diferentes abordagens que se valeram do biográfico ganharam rapidamente terreno nas ciências humanas e sociais. O contexto de “crise” de explicações e de recusa de narrativas totalizantes abriu maior espaço ao ponto de vista dos indivíduos, elemento-chave para a ancoragem de experiências sociais mais amplas. Isso não ocorre, é claro, sem levantar dúvidas e instaurar controvérsias. “Podemos escrever a vida de um indivíduo?”, perguntava-se Giovanni Levi, em 1989, no número temático “História e Ciências Sociais: uma virada crítica”³, da revista dos *Annales*, dossiê que marca um momento específico de questionamento dos modelos interpretativos da historiografia e aposta na incorporação de abordagens das ciências sociais. Essa questão, decerto com alguma carga retórica, ecoava as polêmicas em torno do uso das “histórias de vida”, abordagem criticada por Pierre Bourdieu por sua linearidade e ambição de coerência, que levaria a incorrer no problema da “ilusão biográfica”. Com essa expressão marcante e afiada, que figura ao mesmo tempo no título de seu artigo e do dossiê publicado em 1986 na *Actes de la recherche en Sciences Sociales*, o sociólogo fixou no debate uma noção crítica imprescindível para pensar os riscos de projeção retrospectiva inerentes aos relatos de vida.

Sem desabonar as trajetórias das pessoas como objetos de análise, nesse período se adensam os questionamentos nas ciências sociais sobre como

3 Os títulos do artigo e o dossiê são nossa tradução. O original em francês são, respectivamente, “Les usages de la biographie” e “Histoire et Sciences Sociales: un tournant critique”, publicado na revista *Annales. Économies, Sociétés, Civilisations*, 44^e année, n. 6, 1989.

incluir o estudo dos indivíduos nos processos sócio-históricos e se ampliam os requisitos de se guardar a vigilância em relação ao subjetivismo. Visto, em um primeiro momento, como antídoto contra o sobrevoo quantitativo, as grandes tabelas estatísticas e os quadros de mobilidade, considerados frios e desencarnados, o recurso ao indivíduo, ao caso singular, acessado a partir das práticas, ofereceu uma forma de restituir experiências sensíveis, dando carne às ossaturas institucionais ou aos termos abrangentes como “elite”, “classe”, “massa” e “povo”. Essa escala próxima aos agentes trouxe um modo de recolocar o problema dos desvios às regularidades, das possibilidades do acaso nas ações e do papel do sujeito na realização de sua própria história, temas que aparecem nas disputas das ciências sociais a partir da oposição entre agência e estrutura.

Mesmo reconhecendo os limites das abordagens biográficas e colocando dúvidas sobre a possibilidade de reconstituir o itinerário social dos indivíduos, a perspectiva biográfica foi uma aposta de várias gerações (DOSSE, 2009). Ela fecundou em pesquisas de diferentes campos de estudos que, de forma plural e muitas vezes interdisciplinar, mobilizaram contribuições das ciências sociais, história, linguística, filosofia e psicanálise⁴. O interesse nos modos e nas razões de agir dos indivíduos alcançaram diferentes temas e alimentaram várias perspectivas teóricas, o que levou alguns autores a considerarem que não existiria um único método biográfico, mas múltiplas abordagens, com diversas tendências e aportes. Muito forte nos anos 1980, esse momento de acúmulo e diversificação de estudos focados na escala do indivíduo e nas histórias de vida chegou a ser nomeado por alguns de “virada biográfica” (WENGRAF; CHAMBERLAYNE; BORNAT, 2002; RENDERS; HAAN; HARMSMA, 2016).

A ampliação de estudos em torno da análise do biográfico, como era de se esperar, gerou uma miríade de termos classificatórios e classificantes, entre os quais, “trajetória”, “histórias de vida”, “ator”, “sujeito”, “agente”,

4 Para um painel ampliado sobre o uso de biografias nas ciências sociais em seus diferentes métodos e perspectivas teóricas, ver Claude Dubar e Sandrine Nicourd, *Les biographies en sociologie* (2017). Uma recente coletânea explora esses usos analisando memórias e biografias latino-americanas, ver: Sérgio Miceli e Jorge Myers (2020) – *Retratos latino-americanos: a recordação letrada de intelectuais e artistas do século XX* Em outros campos disciplinares e refletindo sobre questões epistemológicas e filosóficas, ver os trabalhos de François Dosse ([2005], 2009) – *Desafio Biográfico: escrever uma*; Paul Ricoeur ([1985] 2011) – *Tempo e Narrativa* (2011 [1985]), Sabina Loriga ([2010], 2011) – *O pequeno X: da biografia à história*.

“itinerários”, “carreira”, para elencar apenas alguns. Em pouco tempo, os modos de pensar os usos possíveis de informações destinadas à caracterização dos indivíduos cristalizaram uma rede de significados que dividem escolas, sugerem métodos, levantam questões sobre a pertinência dessas informações e sobre como explorar as fontes. Do mesmo modo que o material biográfico se prestou a fornecer as propriedades individuais e os padrões sociais que, em contexto histórico ou dentro de um grupo específico, incidem sobre os destinos, ele também trouxe o desafio de reconstituir o que é sociologicamente pertinente em uma trajetória de vida, portanto, o ato de selecionar os acontecimentos relevantes, para além da ambição de descrever sucessivos eventos anódinos ou contingentes.

Uma das perguntas-chave que aparecem no horizonte desses estudos e que atravessam os artigos aqui reunidos pode ser assim colocada: quais são os eventos decisivos, as linhas de força, que conduzem a certo destino? Mais precisamente, de que forma esses traços experienciados pelos indivíduos são expostos ou silenciados no relato em primeira ou terceira pessoa, deixando às ciências sociais a tarefa de reconstrução? São questões que se declinam em outras tantas que visam a compreender o porquê e como os indivíduos fazem certas escolhas e de que forma essas ações são narradas e registradas. No centro das indagações, há o objetivo de compreender os processos de socialização, em suas diferentes formas e extensão, sem perder de vista a necessidade de “[...] selecionar, ordenar e dar unidade a uma série de eventos que se desenrolam no tempo” (GARSON et al., 2020, p. 14-15). O pressuposto partilhado por esses estudos é que os indivíduos não fazem escolhas livremente, como um ato consciente de autodeterminação, desamarrados das injunções impostas às suas vidas, mas determinados por estruturas objetivas que os ultrapassam, que, de alguma forma, deixam marcas em diferentes tipos de registros biográficos. É desse material que os cientistas sociais têm tirado elementos para reconstituir as trajetórias, numa via de mão dupla entre a informação biográfica e as problemáticas sociológicas.

I. Reconstituir uma trajetória social: deslocamentos e posições

As ciências sociais têm sistematicamente mostrado que, nos diversos espaços percorridos pelos indivíduos, pequenos vetos e incentivos cotidianos

definem aspirações que, dependendo do grupo ou do momento histórico, são socialmente reconhecidas como legítimas ou ilegítimas. Esses estímulos recorrentes ou coerções de diversas ordens ampliam ambições, reforçam desinvestimentos e orientam trajetórias de sucesso ou fracasso. A análise sociológica das “engrenagens” (ZARCA, 1986, p. 92), assim, visa a iluminar os limites do possível, e permite explorar, do ponto de vista metodológico, os níveis e as modalidades de inscrição social dos indivíduos, as modulações, os recursos disponíveis e as sobreposições de constrangimentos ou de vantagens.

A noção de trajetória vem sendo utilizada como uma entrada privilegiada para observar as diferentes posições ocupadas pelos indivíduos, de que maneira se diferenciam e se conformam, ou não, às normas dos grupos dos quais, consciente ou inconscientemente, fazem parte. Essa noção abarca deslocamentos nas dimensões espaciais e temporais. Ao longo de uma vida, os indivíduos percorrem espaços físicos e simbólicos, atravessam ciclos de idade que demarcam inscrições em grupos geracionais e definem as condições do envelhecimento social. Associada à ideia de mobilidade e inércia social, a reconstituição da trajetória implica a compreensão dos deslocamentos e das posições ocupadas, e como os indivíduos carregam em suas estratégias sua própria história de vida, ou, em outros termos, como essa vida é efetivamente vivida como uma história com seus desafios, seus acertos, suas marcas e seus fracassos.

Um estudo que se tornou referência fundamental na reconstrução da trajetória serve de exemplo. É possível tornar-se um “gênio” da música quando a ideia de “gênio”, que pressupõe a posição de relativa independência do criador e o estatuto extraordinário da criação, ainda não está dada historicamente? Norbert Elias ([1991], 1995) nos mostra, em seu trabalho seminal sobre Mozart, que os destinos sociais ganham inteligibilidade quando vistos à luz das relações estruturais e de poder presentes nos espaços específicos que os agentes percorrem. Em uma sociedade de corte, estruturalmente organizada pela assimetria de poderes, o reconhecimento social dispensado ao músico de corte não é muito diferente daquele do cozinheiro, do mordomo ou dos demais serviçais. É, afinal, o trabalho de um subalterno a serviço do rei, distância social que não pode ser apagada por

qualquer espécie de “dom” ou de “criatividade individual”. Nessa sociobiografia, o problema da relação indivíduo e sociedade é configurado a partir do descompasso entre as ambições de independência de Mozart e a rede de interdependências que definem exigências e que bloqueiam suas pretensões ao reconhecido de sua potência criativa. Tratado sociologicamente, o exame da trajetória do compositor possibilitou especificar os constrangimentos que pesaram sobre sua vida e impactaram subjetivamente no sentimento de fracasso individual, explicitando que há condições sociais objetivas de emergência de uma forma específica de criação artística, para a qual é necessária a existência de público burguês interessado em consumir sua obra. O contraste fica claro quando se compara com o caso de Beethoven (DENORA, 1997, p. 45), inscrito em condições de reconhecimento e do mercado de consumo cultural estruturalmente diferentes, em parte afetadas pela entrada em cena da “baixa aristocracia e da alta classe média”.

Do mesmo modo, quando Pierre Bourdieu utiliza a operação analítica da “biografia construída”, o que está em jogo é um modo de reconstituição da trajetória de um indivíduo ou de um grupo, retrazando o embate entre as aspirações, essas mesmas ligadas às propriedades sociais, e as escolhas possíveis dentro de um espaço social ou momento histórico específico. Não se trata, portanto, de uma reconstrução com a ambição de explicar os fenômenos a partir da descrição exaustiva dos fatos de uma vida. Nessa perspectiva, guiada por uma teoria da ação relacional e multiposicional, as decisões são orientadas, de um lado, pelas disposições sociais dos indivíduos, do outro, pelas injunções associadas à posição que ocupam em determinado espaço social; implicam, portanto, alguma margem de manobra no interior de um espaço limitado de possibilidades. Daí a centralidade da noção de *habitus* na obra do sociólogo. A história de uma vida é, para ele, uma sucessão de aquisições e de decisões, que não são ilimitadas, absolutas ou deliberadamente guiadas por um cálculo racional. As escolhas são, antes de tudo, modeladas por aquisições e restrições. Na teoria da formação do *habitus* de Bourdieu, como bem assinala Gisèle Sapiro (2004), a noção de “liberdade constrita” é essencial, e visa a ultrapassar as oposições binárias entre mecanismo e finalismo, indivíduo e estrutura. Há um leque de possibilidades, mas nem todas as vias estão abertas a todas e todos com as

mesmas chances de sucesso, ou com as mesmas condições de arcar com os percalços ligados aos investimentos improváveis.

É com essa operação analítica de reconstrução da trajetória social que Bourdieu procurou controlar os riscos da “ilusão biográfica”. Os estudos das trajetórias de Martin Heidegger, Gustave Flaubert e Édouard Manet, para citar alguns, tratadas indissociavelmente dos respectivos campos de produção cultural, o da filosofia, da literatura e da pintura, são exemplos fecundos nos quais o sociólogo aplicou seu método de leitura do biográfico (BOURDIEU, 1989, 1996, 2013). A escolha desses agentes tem sua pertinência, pois, como disse em um dos seus cursos no Collège de France, “[...] as biografias, quando são sociologicamente construídas, fazem, na verdade, a história do campo” no qual estão inscritas (BOURDIEU, 2014, p. 140).

No Brasil, como mostraram Eliana Tavares dos Reis e Irllys Barreira (2018), em recente artigo sobre o perfil dos estudos que reivindicam o uso de informações biográficas, desde a década de 1980 e mais fortemente a partir de 2000, tais abordagens têm sido preferencialmente mobilizadas para tratar de certos grupos sociais e de suas lógicas de ação. A partir de levantamento minucioso de artigos, títulos e palavras-chave inscritos na base de artigos do Scielo, as autoras mostram que mulheres, intelectuais, agricultores, militantes, jovens e profissionais aparecem entre as categorias sociais mais estudadas no país. Os enfoques empíricos, no entanto, ocupam o lugar dos embates propriamente epistemológicos sobre o estatuto das biografias nas ciências sociais. Isso produz, como bem salientam as autoras, um efeito de alusão em que o fundamento que ilumina as análises é obliterado pela reivindicação que a realidade não pode ser esgotada pelo entendimento frio e distanciado da ciência e, logo, deve ser escrutinada naquilo que tem de mais essencial e singular. As diferenciações e os limites do conhecimento das ciências sociais, seu estilo de escrita e suas pretensões de distanciamento da “cultura dos sentimentos” são, consoante à afirmação de Lepenies (1996, p. 254), marcas históricas do embate entre sociólogos e antissociólogos. Em outros termos, a biografia sociológica tem alvos distintos da literária, o que torna bastante difícil a equação das críticas que cobram que aquela simplesmente se reduza a esta, ou que a imite.

As autobiografias, as memórias e os arquivos pessoais, a despeito dos riscos epistemológicos associados aos relatos, também servem de material à análise sociológica. É o que explora a coletânea organizada por Sergio Miceli e Jorge Myers (2020) sobre a recordação letrada de artistas, escritores e pensadores latino-americanos. Formas históricas de escritas de si, esses documentos são, por excelência, um testemunho da experiência individual filtrado pela memória, e um dispositivo para permanecer na história. Colocados lado a lado, eles formam um mosaico de vozes a partir do qual é possível cotejar enredos e dicções próprias. São, assim, fecundos para análise da história cultural da América Latina, vista não como unidade territorial, mas como países com espaços intelectuais independentes, para os quais se pode delinear problemáticas comuns, marcadas pelas relações entre periferia e centro, mas não sempre subjugadas a elas. A perspectiva adotada evidencia que materiais autobiográficos são fontes a serem escrutinadas pelos pesquisadores e não prova de verdade. Quando se restitui a posição de onde falam ou em nome de quem falam, a quem se destinam e sobre o que silenciam, esses relatos em primeira pessoa permitem, como mostram os autores, examinar uma tradição memorialística à luz das dinâmicas sociais que lhe são próprias, entrelaçamento entre a reflexão individual e história coletiva fundamental sem o qual não são compreendidos os compromissos políticos e as reivindicações de identidade de movimentos artísticos, literários e intelectuais desses países.

2. Armadilhas do biográfico

Os usos de materiais biográficos possuem sua “genealogia consagrada” que, em geral, consolida um movimento pendular entre, de um lado, a valorização do “documento pessoal” como “o tipo de dado mais perfeito”, que permitiria a reconstrução de realidades e situações sociais as quais o pesquisador não teve acesso, e, de outro, um olhar mais reticente, que destaca as potencialidades bem como os limites das biografias na pesquisa sociológica. Os defensores da “qualidade” desse tipo de informação e de sua fecundidade heurística na representação de uma vida, conforme assinala Chevalier (1979, p. 84), fixaram como marco o trabalho de Willian Thomas e Florian Znaniecki, *The Polish peasant in Europe and America*, obra em cinco volumes, publicada entre 1918 e 1920, que foi alçada a “mo-

numento mítico da sociologia das *life histories*", funcionando, em muitos casos, como "cavalo de batalha teórico contra a sociologia quantificadora" (TREBITSCH, 1994, p. 26).

Em contraposição a essa perspectiva segundo a qual o emissor do discurso é o fiador principal da sua própria narrativa, encontra-se a crítica da biografia enquanto "ilusão". Assim como o "exame escolar" e a multiplicidade de "filtros" e "provas" impostas pelo sistema de ensino servem como meio de imputar aos agentes a "ilusão da responsabilidade" que deposita nos vencedores a crença em seus próprios méritos ou "dons", e nos perdedores, a assimilação do fracasso (BOURDIEU; PASSERON, 1968, p. 247), "a ilusão biográfica" impõe ao receptor do discurso os limites interpretativos da própria narrativa coletada: não haveria nada a ser dito além do que o próprio sujeito já expressou. Entre esses polos em oposição, portanto, está o clássico embate sobre a irredutibilidade e a inconstância do sujeito, o que bloqueia ou dificulta os esforços das ciências sociais em apreendê-lo para além da narrativa de si mesmo. Em suma, como bem pontuado por Louis Pinto (2009, p. 207), "a árvore" seria sempre "mais real" do que a floresta".

Em um polo, teríamos, assim, a "ilusão da *panpertinência*", ou seja, a premissa de que tudo é pertinente para a descrição de uma vida, visto que ela seria constituída por seus "imponderáveis" e, portanto, a inteligibilidade da história em tela se impõe pela imediatividade do vivido e pela dramaticidade do cenário: "o mundo [real] é indescritível" (PASSERON, 1990, p. 6). Em outro polo, teríamos o "homem-na-sociedade-do-sociólogo", para retomar a expressão de Garfinkel (2018, p. 129). Quer dizer, o instrumental das ciências sociais lançado sobre os indivíduos em análise redundaria no esvaziamento de sua "identidade" e da "realidade de sua experiência" em nome da busca dos "traços pertinentes", do "sistema de relações", e "das leis de transformação ou de reprodução" que operam pela anonimização e pela consideração da intercambialidade entre indivíduos portadores das mesmas propriedades. Resumidamente, e de modo muito esquemático, o ponto em torno do qual se gravitam as reflexões teóricas e metodológicas sobre o uso de informações biográficas nas ciências sociais repousa sobre a "teoria do ator" (PUDAL, 1994, p. 8).

Em parte, as controvérsias decorrem da ambiguidade da noção de biografia e daquilo que ela pretende: contar uma vida, narrar uma história, expressar uma experiência, uma identidade, descrever o que foi vivido. Em certa medida, o questionário biográfico evidencia uma dimensão prática bastante corrente no cotidiano das relações de sociabilidade, qual seja, o esforço de colocar perguntas sobre a vida da pessoa com quem se fala ou de quem se fala (PENEFF, 1994, p. 25). Contudo, em termos metodológicos, as formas de registro e de preservação de informações biográficas são múltiplas, variando tanto em função dos “determinantes sociais que regem a produção das fontes” (MICELI, 2001, p. 348), quanto em relação aos enquadramentos e às demandas que presidem seus modos de redação, prensados entre formas expressivas mais mundanas e abertas à heterogeneidade dos modos de apresentação de si, e aquelas mais formais e burocráticas, nas quais uma lista de características é solicitada de antemão (COLLOVALD, 1988). Como atestam pesquisas variadas, há sempre uma via de mão dupla entre o questionário biográfico enquanto demanda de informações que remetem a determinados traços de uma vida, e as condições sociais e institucionais de possibilidade de narrar sua própria experiência, de contar sua própria história dando a ela um sentido específico e considerando seus diferentes feitos, percalços e acasos como pertinentes e dignos de registro na situação específica em que se desenrolam as demandas⁵.

Ante a abundância de elementos de caracterização individual e de formas variadas de expressão de si, o desafio é de como tratar – no sentido sociológico – o material coletado e lhe dar inteligibilidade. O material biográfico, como sustenta Jean-Claude Passeron (1990, p. 10), “é um material histórico como qualquer outro”, normalmente “mais completo do que qualquer outro”: contudo, “organizado de outro modo”. Passeron (1990, p. 10-11) lança uma questão que é também nossa preocupação no dossiê: “[...] como produzir, a partir de um conjunto de biografias ou de referências a uma biografia em seu contexto histórico, uma inteligibilidade longitudinal na qual se ganha algo a partir das biografias e não de observações genéricas ou sincrônicas?”.

5 Essas questões são abordadas em: Pollak, 1986; Collovald, 1990; Agrikolianski, 1994; Gaxie, 2002; Pudal, 2003.

Para não cair nas armadilhas do biográfico, precisamos levar a sério o problema das formas e condições sob as quais indivíduos se engajam na tarefa de “ideólogos de si mesmos” ou de outrem. Os relatos biográficos em primeira ou terceira pessoa comportam modos de gestão da imagem e tendem a caminhar por uma série de incitações e constrangimentos que diferenciam “as condições sociais” de expressão em função de seus “modos de solicitação” (POLLAK; HEINICH, 1986, p. 6-7). Historicamente utilizado para exaltação de grandes feitos e muitas vezes responsável por mitologias de origem, o “empreendimento biográfico”, como adverte Christophe Charle (2018, p. 143), quer se refira a “[...] personagens ilustres ou a cidadãos obscuros, deve se precaver dessa hagiografia inconsciente, da qual não escaparam nem a história operária, nem a história das elites”.

Contrabandear, portanto, as “histórias de vida” para as ciências sociais sem considerar a variedade de condições que presidem os relatos e suas inscrições reforça as formas de monumentalização, de eternização e de veiculação de produtos que vem a lume por situações muito distintas e permeadas por uma diversidade de constrições ou facilidades. É preciso, pois, considerar que essas narrativas têm sempre diferentes pretensões de verdade, escoram-se em variáveis condições de demonstração e de certificação, não cabendo às ciências sociais deixar-se capturar por lutas pela memória; mas, ao contrário, restituir as diferentes condições de imposição para desvendar seus efeitos sobre as hierarquias e os princípios de excelência operantes nos contextos de inscrição social dos indivíduos (BOURDIEU, 1994).

3. Materiais biográficos e autobiográficos sob o olhar sociológico

Diários íntimos, caderno de viagens, autobiografias, biografias, autoficções, correspondências, testemunhos, narrativas memorialistas, confissões, *curriculum vitae*, entrevistas, dossiês e fichas profissionais, agendas anuais, arquivos pessoais, necrológios, álbuns de famílias, retratos, autorretratos, e, mais atualmente, podemos incluir as páginas pessoais nas diversas redes sociais, onde se alargaram as possibilidades de contar a si mesmo, com texto e imagem: há um amplo leque de materiais com conteúdo biográfico que pode ser mobilizado na pesquisa.

A utilização do material biográfico é plural, e, portanto, impossível de prescrever uma única abordagem analítica. Cada um deles, dentro de suas especificidades, apresentam regimes narrativos e modos de construção estabelecidos de acordo com o gênero de escrita, a tradição firmada, o formato do suporte, as condições sociais e culturais e os meios de publicação. Esses materiais, vale ressaltar, não são, *a priori*, documentos sociológicos. Será o olhar do pesquisador que fará deles fontes para restituição da trajetória social, recolhendo informações biográficas em diferentes espaços sociais que constituem os indivíduos, como família, escola, trabalho, parceria afetiva, rede de amizade, militância política, prática religiosa e lazer. A reconstrução desse espaço de posições, contudo, depende igualmente da gênese, ou da dupla gênese do processo através do qual as posições são histórica e socialmente definidas, e o processo através do qual os agentes também o são. Em outros termos, todo o corte sincrônico e a apreensão contrastante entre traços sociais de classes, frações ou grupos contém sempre o sentido do trajeto social no interior do qual expectativas e experiências se forjam, se realçam e ganham sentido (BOURDIEU, 2015).

Afinal, quem, no espaço social, está em condições de ter um relato sobre si, digno de ser transcrito, publicado e disseminado? O debate em torno do uso de dados biográficos coloca uma série de questões quanto às possibilidades de enunciação e os regimes de visibilidade. Atentos ao fato de que o relato dos indivíduos oferece um saber sobre a sociedade e conscientes de que uma vida contada e retratada é diferente de uma vida vivida, os cientistas sociais procuraram explorar o estatuto das fontes, interrogando as condições de produção, edição, publicação, arquivamento e circulação de relatos ou imagens que contam uma vida. Entradas fundamentais quando se trata do campo com poder simbólico, para neutralizar narrativas hagiográficas, anedóticas, laudatórias e carismáticas, que pensam os agentes livres de amarras sociais.

Este dossiê reúne cinco artigos que, sob diferentes ângulos e temas de pesquisa, fizeram uso de dados biográficos para examinar a trajetória social de agentes em seus espaços de inserção. Refletindo sobre como certos

agentes conseguiram acumular capitais decisivos nos campos em que atuaram – artístico, literário, intelectual, universitário e político –, os autores mostram a fabricação social dessas carreiras, trazendo ao centro a problematização dos materiais empíricos que lhes serviram de fontes, que tornam visíveis os jogos de escrita e a celebração das operações biográficas.

Seguindo o pressuposto que teatro é, a um só tempo, texto, representação e encenação, ou, escrita, palco e bastidor, a antropóloga **Heloísa Pontes** examina uma fonte pouco recorrente nos estudos da área: as fotobiografias. Esse formato de arquivamento e narrativa de si, que justapõe texto e fotografia, pressupõe um contar-se amplificado pela imagem, que, como argumenta, foi fundamental para que, a despeito da efemeridade das encenações no palco, os agentes do teatro garantissem a fixação de suas histórias, e escapassem do envelhecimento social e do esquecimento. Esses documentos são entendidos tanto como uma memória arquivada do teatro brasileiro quanto uma forma de decantação do carisma dos atuantes. Prestam-se, assim, a uma análise rigorosa que coloca um em relação aos outros. O olhar etnográfico aparece na descrição detalhada dos documentos e no princípio de análise que considera a materialidade dos registros. Eles não são papéis inertes; são tangíveis, palpáveis, uma vez que manuseados pelos próprios atuantes, por intermediários, instituições e pelo pesquisador. Os percursos de dois atores consagrados – Fernanda Montenegro e Paulo Autran – são tomados como exemplares pela forma que conseguiram controlar o tempo, seus corpos, suas memórias e seus registros. Comparando-os, Pontes dá a ver o que se passa no eixo Rio-SP em um momento em que esses dois polos de produção artística disputam a posição de capital cultural do país. O teatro, como expõe, vai servir para contar a história social e urbana de duas metrópoles que se diferenciam. Nesse movimento, os atores se singularizam, fazem seu nome: Fernanda Montenegro, como uma transfuga de classe, forjou um corpo atento às injunções sociais e à passagem do tempo. Paulo Autran, o arquivista de si, narrou com zelo sua própria história, sabendo que estava fazendo ao mesmo tempo a história do teatro moderno brasileiro. A reflexão nas duas sessões finais alinhavando as diferentes modalidades de arquivamento como experiência por excelência do indivíduo moderno recoloca a discussão em outro patamar, mostrando que tanto os relatos dos que “fazem seu nome”

quanto dos “anônimos” podem ser vistos como práticas sociais feitas de acúmulo, classificação, seleção e transmissão.

Amparando-se em seus estudos anteriores sobre história social dos intelectuais e universitários europeus, o historiador **Christophe Charle** reconstitui a trajetória de Norbert Elias nas suas tentativas de inserção no campo acadêmico de três espaços nacionais, Alemanha, França e Inglaterra. Judeu e com militância nos círculos políticos estudantis, Elias se vê diante da ascensão do nazismo e relata retrospectivamente essa experiência. Confrontando de modo cruzado os traços biográficos, as impressões e memórias de Elias e seus contemporâneos, Charle expõe o quadro no qual o sociólogo buscava se mover. Os constrangimentos que sofreu para seguir em sua carreira universitária e se estabelecer no espaço intelectual, as expectativas e as possibilidades efetivas de sua realização vão se descortinando na medida em que Norbert Elias é premido pelos acontecimentos que precedem e dão início à implantação do Terceiro Reich. Os materiais mobilizados – cartas institucionais, biografias, entrevistas a terceiros, biografias de outros agentes em concorrência, entre outros – clarificam um procedimento metodológico caro ao exame de casos individuais nas ciências sociais: a necessidade constante de vigilância e o confronto entre diferentes tipos de fontes.

Acompanhando a socialização familiar, escolar e profissional de Carlos Drummond de Andrade, **João Ivo Duarte Guimarães** procura elucidar os traços pertinentes aos modos de expressão escrita acionados pelo escritor. Nesta trilha, e amparado por uma variedade de fontes, o sociólogo avança em um passo metodológico fundamental: o escrutínio preciso das experiências e dos esquemas mentais que lançam luz sobre o *habitus* literário de Drummond. Além disso, atenta acertadamente aos efeitos da construção biográfica sobre a imagem e coerência que circundam a carreira do escritor, apresentando os detalhes despercebidos, ou seja, as “pedras no caminho” que esclarecem tanto traços cruciais de seu itinerário quanto trabalho social e intelectual envolvido na produção e consolidação de uma biografia. Ganham sentido, assim, a influência familiar e os diferentes contextos de socialização primária, seus efeitos constritivos sobre as escolhas, e os desdobramentos posteriores que tensionam os modos de ser e agir ante as posições relativamente incertas que vão se abrindo ao longo de sua trajetória. A mescla entre

toda sorte de elementos tensionadores é, portanto, o nó central do argumento desenvolvido pelo autor e funciona como estratégia metodológica fundamental para evidênciação dos traços constitutivos da “dupla vida” de Drummond, de escritor e de burocrata na alta esfera política.

As narrativas biográficas de homens do poder ganham especial interesse quando entram em ação nos jogos de disputas por filiações e demarcação de distâncias políticas. No artigo “Biografias estratégicas”, **Eliana Reis e Igor Grill** examinam, sob a perspectiva da sociologia política, as lógicas que orientam as fundações partidárias a se nomearem homenageando “grandes figuras da política”. À luz da experiência democrática alemã do início do século XX, duas organizações brasileiras mais recentes são analisadas em detalhes, a Fundação Leonel Brizola-Alberto Pasqualini, assim renomeada nos 2000, e a Fundação Ulysses Guimarães, nome em tributo a um dos seus líderes. Esses dois, junto a outros casos, permitem aos autores ampliar os achados empíricos refletindo sobre o alcance explicativo das regularidades observadas. Estratégia corrente de nomeação de fundações, essa modalidade de celebração biográfica com o uso do nome próprio de um indivíduo tem seu relevo no campo do poder e, segundo a análise, ocorre em via de mão dupla: ao mesmo tempo em que glorificam os mortos e os eternizam na história, capitalizam-se certas ideologias e identificações políticas associadas a esses protagonistas. Não se trata, como advertem, de uma relação dual e estanque. Na trilha das análises de Norbert Elias, para o qual indivíduo e grupo são interdependentes e mutuamente constituídos, as trocas simbólicas entre o coletivo político e a personalidade homenageada são apreendidas como produto de configurações multipolares, e se fazem por meio de ações e relações recíprocas. Nessa perspectiva, compreende-se que ao “colar” seus nomes a grandes lideranças (dirigentes históricos, ícones e personalidades heroizadas), a gestão da imagem das fundações se constrói nas relações de interdependência, cuja força está nas ações que as ligam. É essa cadeia de conexões que possibilita reatualizar e maximizar a eficácia simbólica das operações de nomeação e agregação do carisma. As biografias de ilustres, tal como totens de um grupo, são frequentemente mobilizadas, pois elas encarnam ideias e valores, conferindo certa unidade em torno da figura escolhida, e, sobretudo, instaurando distâncias em relação a quem se procura opor ou distinguir. O exame de diversificados

documentos explicita a abordagem teórica dos autores, para os quais as operações de nomeação e gratificação não são exclusivamente discursivas; são sobretudo práticas que ganham suporte em signos, siglas, insígnias, cartilhas, bandeiras, slogans, cartazes, filmes, publicações, exposições, selos postais, sites e na ampla gama de materiais gráficos e sonoros que circulam nas redes sociais. Reis e Grill nos mostram que a fabricação de biografias de diferentes espectros da luta partidária funciona segundo regras políticas e visões do mundo social que lhe são próprias, e que é a partir dessa materialidade que as figuras políticas são personalizadas e personificadas, operações pelas quais adquirem forma e conteúdo, ganham corpo e alma, num processo constante (variável e relacional devido à concorrência) de encarnação, reencarnação e celebração das míticas e dos mitos da política.

Por fim, atentos à importância de difusão de materiais para pensar a história das ciências sociais brasileiras, trazemos a tradução do artigo de **Monique de Saint-Martin** “A propos d’une rencontre entre chercheurs: Sciences sociales et politique au Brésil”, publicado, em 1988, na revista *Actes de la recherche en Sciences Sociales*. Nessa reflexão produzida há mais de 30 anos, além de apontamentos instigantes sobre as interconexões entre o campo político e o das ciências sociais, a socióloga registra atentamente as formas de que se reveste o debate intelectual e científico no Brasil, e os critérios vistos como legítimos na definição dos postos-chave dos cargos de representação em associações de pesquisadores. O artigo é acompanhado de um testemunho da socióloga feito especialmente para este dossiê, em que revisita o período, as condições de suas atividades de pesquisa no Brasil e reflete sobre a pertinência do conceito de campo para tratar as ciências sociais no país. A origem do artigo, como esclarece, foi sua ida ao Brasil em 1986, para participar do 10º Encontro Nacional da Anpocs, uma dentre tantas missões de pesquisa que fez a partir 1976, incentivada por Pierre Bourdieu. Junto a esses dois textos, incluímos uma breve apresentação da trajetória de pesquisa de Monique de Saint Martin e sua relação com o país, deixando algumas pistas sobre agentes e os trânsitos entre Brasil e França, que foram importantes para a recepção e consolidação das ideias bourdiebianas entre nós.

Referências

- AGRIKOLIANSKY, E. Biographies d'institution et mise en scène de l'intellectuel. Les candidats au comité central de la Ligue des droits de l'homme. **Politix**: revue des sciences sociales du politique, v. 27, p. 94-110, 1994.
- BAD, M. Les limites du dicible: remarque en marge de la note sur la sociologie en Hongrie. **Actes de la recherche en sciences sociales**, v. 1, p. 52-54, 1986.
- BECKER, H. A história de vida e o mosaico científico. In: BECKER, H. **Métodos de pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Hucitec, 1994.
- BOURDIEU, P. **A ontologia política de Martin Hiedegger**. Campinas: Papirus, 1989.
- BOURDIEU, P. **Lições de aula**: aula inaugural proferida no Collège de France em 23 de abril de 1982. São Paulo: Ática, 1994.
- BOURDIEU, P. A ilusão biográfica. In: BOURDIEU, P. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. São Paulo: Papirus, 2005.
- BOURDIEU, P. **Sur Manet**: une révolution symbolique. Seuil: Raisons d'agir, 2013. (Coll. Cours et travaux).
- BOURDIEU, P. **Sobre o Estado**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
- BOURDIEU, P. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva: 2015.
- BOURDIEU, P.; PASSERON, J-C. L'examen d'une illusion. **Revue française de sociologie**, v. IX, p. 227-253, 1968.
- BRUBAKER, R. Au-delà de l'"identités". **Actes de la recherche en sciences sociales**, n. 139, p. 66-85, 2001/4.
- CHARLE, C. **Homo historicus**: reflexões sobre a história, os historiadores e as ciências sociais. Porto Alegre: Editora da UFRGS; Rio de Janeiro: FGV, 2018.
- CHEVALIER, Y. La biographie et son usage en sociologie. **Revue française de science politique**, n. 1, p. 83-101, 1979.
- COLLOVALD, A. Identité(s) stratégique(s). **Actes de la recherche en sciences sociales**, v. 73, n. 1, p. 29-40, 1988.
- COLLOVALD, A. Jacques Chirac: un leader sans ressources. **Revue française de science politique**, v. 40, n. 6, 1990, p. 880-901, 1990.
- CONINCK, F, GODARD, F. L'approche biographique à l'épreuve de l'interprétation. Les formes temporelles de la causalité. **Revue française de sociologie**, v. 31, n. 1. p. 23-53, 1990.
- DAMAMME, D. Grandes illusions et récits de vie. **Politix**, v. 7, n. 27, p. 183-188, 1994.

DENORA, T. **Beethoven and the construction of genius**: musical politics in Viena, 1792-1803. Londres: University of California Press, 1997.

DOSSE, F. **Desafio Biográfico**: escrever uma vida. São Paulo: Edusp, 2009.

DUBAR, C.; NICOURD, S. **Les biographies en sociologie**. Paris: Éditions La Découverte, 2017.

ELIAS, N. [1991]. **Mozart, sociologia de um gênio**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

GARFINKEL, H. **Estudos de etnometodologia**. Petrópolis: Vozes, 2018.

GARSON, M.; LEÃO, A. B.; CZAJKA, R.; PINHEIRO, F. Apresentação: Autonomia e heteronomia no estudo de trajetórias artísticas e intelectuais. **Tempo Social**, v. 32, n. 2, p. 1-20, 2020.

GAXIE, D. Appréhensions du politique et mobilisations des expériences sociales. **Revue française de science**, année 52, n. 2-3, p. 145-178, 2002.

HEINICH, N. Pour en finir avec l'“illusion biographique”. **L'Homme**: revue française d'anthropologie, n. 195-196, p. 421-430, 2010.

KOLKENBROCK, M. Life as Trajectory: Pierre Bourdieu's 'The Biographical Illusion' (1986). In: HEMECKER, W.; SAUNDERS, E. **Biography in Theory**: Key Texts with Commentaries, Berlin, Boston: De Gruyter, 2017.

LEPENIES, W. As três culturas. São Paulo: Edusp, 1996.

LEVI, B. Les usages de la biographie. **Annales, Économies, Sociétés, Civilisations**, 44^e année, n. 6, p. 1325-1336, 1989.

LORIGA, S. [2010]. **O pequeno X**: da biografia à história. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

MICELI, S. **Intelectuais à brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MICELI, S.; MYERS, J. **Retratos latino-americanos**: a recordação letrada de intelectuais e artistas do século XX. São Paulo: Edições Sesc, 2020.

OLIVEIRA, M. da G. Quem tem medo da ilusão biográfica? Indivíduo, tempo e histórias. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 35, p. 429-446, 2017.

PASSERON, J.-C. Biographies, flux, itinéraires, trajectoires. **Revue Française de Sociologie**, v. 31, n. 1, p. 3-22, 1990.

PENEFF, J. Les grandes tendances de l'usage des biographies dans la sociologie française. **Politix**: Revue des sciences sociales du politique, v. 7, n. 27, p. 25-31, 1994.

PENNETIER, C.; PUDAL, B. Écrire son autobiographie (les autobiographies communistes d'institution, 1931-1939). **Genèses**, v. 23, p. 53-75, 1996.

PINTO, L. Não multiplicar o indivíduo inutilmente. **Lua Nova**, v. 77, p. 205-225, 2009.

- POLLAK, M. La gestion de l'indicible. **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**, v. 62-63, p. 30-53, 1986.
- POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-13, 1989.
- POLLAK, M.; HEINICH, N. Le témoignage. **Actes de la recherche en sciences sociales**, v. 62-63, p. 3-29, 1986.
- PUDAL, B. Du biographique entre "Science" et "fiction" Quelques remarques programmatiques. *Politix. Revue des sciences sociales du politique*, v. 7, n. 27, p. 5-24, 1994.
- PUDAL, B. Récits édifiants du mythe prolétarien et réalisme socialiste en France (1934-1937). **Sociétés & Représentations**, n. 15, p. 77-96, 2002.
- REIS, E. T. dos; BARREIRA, I. Alusões biográficas e trajetórias: entre esquemas analíticos e usos flexíveis. **BIB**, n. 86, p. 36-67, 2º sem. 2018.
- RENDERS, H.; HAAN, B. de; HARMSMA, J. **The Biographical Turn**. Lives in history. London: Routledge, 2016.
- ROSENTHAL, G. História de vida vivenciada e história de vida narrada: a inter-relação entre experiência, recordar e narrar. **Civitas – Revista de Ciências Sociais**, v. 14, n. 2, p.227-249, 2014.
- SAPIRO, G. Une liberté contrainte. La formation de la théorie de l'habitus. In: PINTO, L.; SAPIRO, G.; CHAMPAGNE, P. (org). **Pierre Bourdieu, sociologue**. Paris: Fayard, 2004.
- TREBITSCH, M. A função epistemológica e ideológica da história oral no discurso da história contemporânea. In: FERREIRA, M. M. **História oral e multidisciplinaridade**. Rio de Janeiro: Diadorim, 1994.
- WENGRAF, T.; CHAMBERLAYNE, P.; BORNAT, J. A Biographical Turn in the Social Sciences? A British-European View. *Cultural Studies. Critical Methodologies*, v. 2, n. 2, p. 245-269, 2002.
- ZARCA, B. La vie militant d'un peintre em lettres. **Actes de la recherche en sciences sociales**, v. 62-63, p. 83-92, 1986.

Recebido em 12/06/2022
Aceito em 14/06/2022
Versão final 12/06/2022;